

BRASILIANAS

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



A Rodoviária do Plano Piloto está sob gestão da Catedral

Pesquisa mostra salto na aprovação da Rodoviária: 86%

A Rodoviária do Plano Piloto vive uma mudança histórica na percepção dos usuários após a concessão à Concessionária Catedral. Pesquisa do Instituto Opinião, realizada entre 26 de janeiro e 5 de fevereiro de 2026, revela que 86,13% dos passageiros aprovam os serviços e a infraestrutura, contra apenas 45,61% antes da concessão.

O comparativo mostra evolução em todos os itens avaliados, com destaque para a segurança, que saltou de 32,70% para 85,89%, um ganho de 53 pontos percentuais. A organização geral passou de 46,76% para 88,82%, enquanto os sanitários subiram de 46,04% para 84,66%.

Entre os pontos mais valorizados estão a retirada dos ambulantes, que elevou a aprovação do acesso a 91,23% e da circulação interna a 90,94%, além da limpeza, que alcançou 87,85%.

Para o diretor da Catedral, Enrico Capecci, os resultados refletem um trabalho estruturado desde o início da gestão, com foco em infraestrutura, serviços e experiência do usuário.

O levantamento, que ouviu 648 pessoas, mostra ainda que 68,7% dos entrevistados frequentam o terminal quatro vezes por semana ou mais, reforçando o impacto das melhorias na rotina da população.

Reprodução



Carmem Miranda, de Mariah Campolina, de Brasília

Arte contra a invisibilidade feminina

Brasília recebe, em 2 de abril de 2026, a exposição “O Feminino na História: Mulheres que fizeram e fazem a história do Brasil”, na sede da Legião da Boa Vontade. Com entrada gratuita e abertura oficial às 18h, a mostra reúne 24 artistas de diferentes regiões do país que, por meio da pintura, homenageiam 32 mulheres cujas trajetórias marcaram a história nacional. Entre os participantes estão três artistas da capital: Perpe Brasil, Natália Guimarães e Mariah Campolina, que se somam a nomes de outras regiões. A curadoria de Maria Vieira e Yara Cluxnei propõe mais que contemplação: um manifesto visual contra a invisibilidade e a violência de gênero. Em um contexto de índices alarmantes de feminicídio, cada obra se afirma como símbolo de resistência e memória, revelando narrativas de coragem e legado. Ao reunir diferentes olhares e linguagens, a exposição constrói uma narrativa coletiva que reafirma o protagonismo feminino como força essencial na construção social, política e cultural do Brasil.

POR
WILLIAM FRANÇA

Avanços e desafios, ainda no terminal

Apesar dos avanços registrados, a pesquisa indica que a Rodoviária do Plano Piloto ainda enfrenta desafios. O comparativo mostra evolução em todos os itens, mas aponta áreas que exigem atenção.

A disponibilidade de pessoas para atendimento aparece como o item mais crítico, com 79,36% de aprovação, seguido pela variedade de lojas e serviços (82,16%) e funcionamento das escadas rolantes (82,28%).

A oferta de lanchonetes (83,54%) e a sinalização das plataformas (83,79%) também figuram entre as oportunidades de melhoria.

Para o diretor da Concessionária Catedral, Enrico Capecci, os resultados confirmam que as intervenções já impactam o cotidiano dos usuários, mas a manutenção e a continuidade dos investimentos são fundamentais para consolidar os ganhos.

O Instituto Opinião destaca que a análise comparativa entre os períodos pré e pós-concessão evidencia uma mudança consistente, mas reforça a importância de políticas de longo prazo para sustentar os avanços.

Zeno vê ‘acerto na concessão’

O Secretário de Mobilidade do DF, Zeno Gonçalves, avaliou como positiva a pesquisa que mostrou salto na aprovação da Rodoviária do Plano Piloto após a concessão à Concessionária Catedral. Em entrevista a *Brasilianas*, ele destacou que os usuários percebem melhorias na limpeza, organização e ausência de ambulantes, fatores que facilitaram o trânsito das pessoas e confirmam a decisão acertada da concessão. Zeno ressaltou, porém, que ainda há pontos de atenção, como atendimento, acessibilidade e assentos. Segundo ele, com a autorização do Iphan, as obras de reforma dos banheiros devem começar em breve. O secretário lembrou que a pesquisa de satisfação está vinculada ao contrato, o que obriga a concessionária a manter bom desempenho, sob pena de maior outorga. “Cem por cento é impossível, mas queremos superar os 86% de satisfação na próxima pesquisa”, afirmou, reforçando que os dados são apenas o começo de um processo contínuo de pactuação de melhorias.



Decisão apontou risco de subavaliação de áreas da Serrinha

Justiça do DF proíbe venda da Serrinha do Paranoá

Região seria usada no plano de capitalização do banco BRB

Por Isabel Dourado

A Vara do Meio Ambiente do Distrito Federal vinculada ao Tribunal de Justiça do DF (TJDFT) suspendeu neste domingo (22), a venda ou uso de um trecho da área conhecida como Serrinha do Paranoá (Gleba A) como garantia para empréstimos do Banco de Brasília (BRB). A medida faz parte da Lei Distrital nº 7.845/2026, que autoriza o Governo do Distrito Federal a usar imóveis para o restabelecimento e fortalecimento do BRB após prejuízos com a tentativa de compra do Banco Master.

A decisão liminar é do juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros. O magistrado apontou possíveis impactos ambientais gerados pela venda da área. “Trata-se também de área remanescente do bioma Cerrado, e integra corredor ecológico da fauna silvestre que ainda resiste naquela região. Logo, a discussão proposta neste feito tem potencial impacto sobre pelo menos três elementos de primeira grandeza para o meio ambiente natural: águas, fauna e flora”, afirma.

A medida fixa uma multa de R\$ 500 milhões para cada ato de descumprimento, como a alienação, oneração ou oferta da área no mercado financeiro. O Governo do Distrito Federal (GDF) informou que recorreu da decisão. Na semana passada, outra decisão judicial barrou o uso dos nove imóveis no aporte da instituição

financeira, no entanto foi revertida após recurso do GDF.

Localizada entre as regiões administrativas do Varjão e do Paranoá, a Serrinha é um extenso trecho de cerrado nativo que abriga nascentes que contribuem para abastecer o Lago Paranoá, manancial estratégico de onde é captada parte da água fornecida à população.

A Serrinha possui uma área superior a 12 mil hectares. O Governo do Distrito Federal pretendia destinar 716 hectares para fortalecer um fundo imobiliário, oferecer como garantia em um empréstimo ou negociar a venda da área para o setor privado. O lote foi incluído sob a denominação Gleba A na segunda versão do projeto de lei encaminhado à Câmara Legislativa do DF.

Especulação

Além do risco ambiental, o magistrado argumenta que a Serrinha não deveria ser destinada à especulação imobiliária, mas sim preservada de forma adequada. A decisão também apontou risco de subavaliação de áreas.

“Ocorre que um uso compatível com a sensibilidade ambiental de uma área que é no mínimo próxima a nascentes e comporta um dos cada vez mais raros espaços remanescentes de Cerrado em Brasília certamente – ou idealmente – não deveria ser o de simplesmente entregá-la à especulação imobiliária”, argumenta o magistrado na decisão.